A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO POSTO INDÍGENA SÃO JERÔNIMO E BARÃO DE ANTONINA - PR: ESTUDO DA DOCUMENTAÇÃO DO SPI NO PERÍODO DE 1910-1967

Maria Luisa Salvador Barbosa da Cunha (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Rosângela Célia Faustino (Orientadora). E-mail: rcfaustino@uem.br.

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Maringá, PR.

Área: 7.08.00.00-6 Educação
Subárea: 7.08.01.02-9 História da Educação

Palavras-chave: Educação escolar indígena; Paraná; História indígena.

RESUMO

A história da educação escolar indígena brasileira, especificamente paranaense, ainda se apresenta como um campo explorado insuficientemente. Apesar de as primeiras experiências de escolarização formal voltadas para os povos indígenas remontam à atuação dos jesuítas no século XVI no Brasil, o conhecimento sobre suas práticas, os sujeitos, instituições e as políticas que marcaram o ensino e a aprendizagem na educação escolar indígena dos séculos seguintes permanece fragmentado. Esta pesquisa teve como objetivo realizar a investigação documental sobre a educação escolar nos Postos Indígenas (PIs) de São Jerônimo da Serra e Barão de Antonina, no Paraná, durante o período de gestão do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), entre 1910 e 1967. Utilizou-se como fonte principal a documentação da 7ª Inspetoria Regional do SPI, microfilmada e disponível no Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE/UEM), que inclui mapas de frequência escolar, folhas de pagamento, recibos de compras de materiais, relatórios mensais das atividades escolares, entre outros. Os principais resultados evidenciaram uma realidade de precariedade material e autoritarismo pedagógico, com interrupções frequentes das aulas devido ao péssimo estado das casas escolares e à aplicação de métodos baseados em castigos e em um currículo eurocêntrico que negava a língua e a cosmologia Kaingang. Concluiu-se que, nos PIs estudados, a escola foi um espaço marcado por negligência e utilizado como ferramenta de controle pelo Estado. Foram organizados, sistematizados e analisados esses documentos para compreender o funcionamento e a organização das práticas pedagógicas, condições materiais e as relações entre agentes do SPI, professores e a comunidade indígena.

INTRODUÇÃO

A presença dos Kaingang no sul do Brasil é proveniente de uma ancestralidade evidenciada através de estudos históricos, linguísticos e arqueológicos que indicam que grupos Jê, ancestrais dos Kaingang e Xokleng,

migraram do Brasil central para a região sul há aproximadamente três mil anos (MOTA, 2000).

A documentação revela que os Campos Gerais estavam "conflagrados em ações bélicas militarizadas movidas pelos fazendeiros brancos que procuravam expulsar os Kaingang de seus territórios ancestrais", com reação também violenta por parte dos indígenas (MOTA, 2000, p. 13). Foi nesse contexto que se instalou em 1859 o Aldeamento de São Jerônimo da Serra, localizado na antiga fazenda do Barão de Antonina, que por conta da instabilidade política, pressões externas vindas da Europa e a necessidade de consolidar as fronteiras entre províncias do Paraná e de São Paulo, levaram o Governo Imperial a instalar uma série de aldeamentos, sendo São Jerônimo o último a ser fundado no norte do Paraná (BERNASKI, 2016).

O Posto Indígena Barão de Antonina também tem suas raízes nesse complexo de aldeamentos imperiais, porém teve sua divisão estabelecida após seu gerenciamento pelo SPI em 1910 (BECKER, 1999), e definitivamente após o Acordo de 1949, se mantendo às margens do Rio Tibagi, o que reduziu drasticamente as terras indígenas paranaenses.

O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi criado em 1910 e representou, em tese, um avanço em relação às políticas indigenistas que existiam anteriormente, e previa a proteção dos territórios indígenas, a organização interna das etnias e a proibição de catequese forçada (SANTOS, 2016). No Paraná, a 7ª Inspetoria Regional foi instalada em Curitiba em outubro de 1910 e passou a gerir os postos indígenas existentes no estado, incluindo São Jerônimo da Serra e Barão de Antonina, porém, na prática, o SPI operava sob ideal evolucionista e integracionista, que acreditava que os indígenas estavam em um estágio inferior de desenvolvimento e que cabia ao Estado protegê-los durante a transição para a "civilização". Esses aldeamentos tinham como objetivo confinar os indígenas para vulnerabilizar suas terras e facilitar a colonização, facilitando a "civilização" através da catequese e da alfabetização (BERNASKI, 2016).

A documentação disponível sobre os postos do SPI no Paraná revela um modelo escolar marcado pelo autoritarismo e pela imposição cultural, embora tivesse uma pretensão assistencialista, Tommasino (2003) caracteriza esse modelo como "militarizado" e herdado da estrutura hierárquica do próprio SPI e da influência militar na instituição, concebido para transformar o indígena em "trabalhador nacional".

MATERIAIS E MÉTODOS

Para compreender a educação escolar indígena nos Postos de Barão de Antonina e São Jerônimo foi feita uma investigação de natureza documental e historiográfica, constituída por fontes provenientes do fundo documental do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), especificamente da 7ª Inspetoria Regional, referentes aos Postos Indígenas (PI) São Jerônimo e Barão de Antonina, no período de 1910 a 1967. Essas fontes encontram-se microfilmadas e disponíveis para consulta no Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE/UEM). Inicialmente, realizamos um levantamento bibliográfico para fundamentação teórica em

plataformas como Google Acadêmico e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando combinações de palavras-chave como: Kaingang; Posto Indígena São Jerônimo; Barão de Antonina; Educação Escolar Indígena. Em seguida, foi realizada a seleção e a separação dos documentos por tipologia, incluindo mapas de frequência escolar, folhas de pagamento dos professores, recibos materiais, relatórios mensais de atividades e registros de imóveis das escolas. Foi feita a organização dos dados com fim de identificar práticas pedagógicas, as condições materiais e as relações entre os agentes do SPI e a comunidade indígena, para, por fim, confrontar as informações obtidas nas fontes e da bibliografia, visando compreender o processo de educação escolar indígena nos Postos Indígenas estudados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da documentação revela que a educação escolar nos Postos de São Jerônimo e Barão de Antonina foi utilizada como uma ferramenta do projeto integracionista estatal que visava transformar os Kaingang em trabalhadores nacionais. Os documentos demonstram uma realidade de precariedade material e autoritarismo pedagógico. No PI de Barão de Antonina, registros de 1947 a 1952 indicam uma média de 11 a 12 alunos matriculados, com a presença eventual de alunos “mestiços” dividindo o espaço com crianças Kaingang. A continuidade das aulas era frequentemente interrompida, como mostram ofícios relatando a suspensão total das atividades devido ao péssimo estado da Casa Escolar, e apontando grande risco de desabamento, o que evidencia que o discurso assistencialista do SPI muitas vezes não se traduziu em condições físicas adequadas. Através da análise bibliográfica, foi possível identificar que no aspecto pedagógico, a discussão fundamentada por Tommasino (2003) permite identificar um modelo “militarizado”, no qual os professores, em sua maioria não-indígenas, aplicavam métodos baseados em castigos utilizando-se de um currículo eurocêntrico que ignorava a cosmologia Kaingang, negando o uso da língua indígena e promovendo o aportuguesamento de crianças e jovens indígenas.

CONCLUSÕES

A investigação evidenciou que, nos PIs São Jerônimo e Barão de Antonina, a escola atuou menos como espaço de promoção social e mais como instrumento de controle do Estado, voltado principalmente para enfraquecer as tradições e a língua Kaingang. Os dados levantados demonstram a existência de um evidente contraste entre o discurso assistencial do SPI e a negligência que marcava o cotidiano escolar, evidenciada pela constante paralisação das aulas, pela escassez de recursos básicos e pela falta de conservação dos prédios. Ao mesmo tempo, o estudo possibilitou uma nova leitura da história desses povos no Paraná, os reposicionando como agentes políticos que, ao resistirem às imposições pedagógicas autoritárias, conseguiram preservar sua identidade étnica e sua língua materna mesmo sob vigilância tutelar.

Nesse sentido, a análise aprofundada dos documentos da 7ª Inspetoria Regional se mostrou fundamental tanto para preencher vãos ainda existentes na história da educação escolar indígena no Paraná, quanto para alimentar os debates atuais em torno da autonomia indígena. Os resultados, por fim, oferecem elementos concretos para que as políticas voltadas à educação escolar indígena possam, enfim, romper com as marcas de um passado excludente e assimilacionista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CNPq pelo financiamento, assim como à Universidade Estadual de Maringá – UEM por oportunizar essa pesquisa. Agradeço à minha orientadora pelo auxílio. Aos amigos e familiares que me apoiaram durante todo esse processo.

REFERÊNCIAS

BECKER, Ítala Irene Basile. Aldeias e postos indígenas do SPI e FUNAI. Fronteiras: Revista de História, Campo Grande, MS, v. 3, n. 5, p. 65-96, jan./jun. 1999.

BERNASKI, J.; São Jerônimo da Serra/PR: Região como espaço de conflito e resistência na Educação Indígena. *In*: XVI ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH - SC, 16., 2016, Chapecó. **Anais** [...]. Chapecó: ANPUH-SC, 2016.

MOTA, L. T.; Os índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século XIX. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA, 5., 2000, Curitiba. **Anais** [...] Curitiba: Editora da UFPR, 2000. p. 123-145. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Lucio-Mota/publication/280316313_Uri_e_Waxi_estudos_interdisciplinares_dos_kaingang/links/678a5de198c4e967fa6852e5/Uri-e-Waxi-estudos-interdisciplinares-dos-kaingang.pdf. Acesso em: 17 ago. 2026.

SANTOS, E. V. **O esbulho da territorialidade Kaingang no Paraná e a política indigenista do Serviço de Proteção aos Índios (SPI).** 2016. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História - América Latina) – Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História, Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2016.

TOMMASINO, K.; A educação escolar indígena no Paraná. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 8, n. 1, p. 71-98, 2003. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9089. Acesso em: 17 ago. 2026.